

MINUTA – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, QUE CELEBRAM ENTRE SÍ, O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA E A EMPRESA _____, CONFORME CONCORRÊNCIA, REGISTRADA SOB O N.º 11/2024, HOMOLOGADA EM ____ DE ____ 2024.

PREÂMBULO

O Município de Santa Maria, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ, sob o n.º 88.488.366/0001-00, estabelecido à Rua Venâncio Aires, n.º 2277, nesta cidade, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. Jorge Cladistone Pozzobom doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, já qualificado no processo de Concorrência nº 11/2024, tendo em vista o que consta no Processo nº 158/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de assessoramento ao Município na gestão, elaboração de auditorias e laudos técnicos, mediante a conferência das faturas de energia elétrica da Administração direta e indireta do Município, elaboração de memorial de cálculo de consumo e potência do Parque de Iluminação Pública, a verificação do modelo tarifário aplicado em cada unidade consumidora, assim como, a verificação de possíveis isenções indevidas e/ou não repasse da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), e/ou não recolhimento do ISS dos prestadores de serviços do setor elétrico, visando a repetição de indêbitos decorrentes de cobranças indevidas (a maior) nas contas de energia elétrica de titularidade do Município de Santa Maria/RS, nos termos, condições e exigências estabelecidas no ETP, Termo de Referência e Contrato, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Cód.	Descrição	Un.	Valor máximo do proveito econômico estimado em R\$	Valor referente ao Percentual máximo de retorno (19,97%) sobre proveito econômico ou financeiro	Valor máximo global do contrato em R\$
1	1	40239	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSESSORAMENTO DO MUNICÍPIO NA GESTÃO, PARA ELABORAÇÃO DE AUDITORIAS E LAUDOS TÉCNICOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	SV	12.766.638,82	2.549.497,77	

§2º A contratada somente será remunerada em caso de sucesso nas suas demandas, com a comprovação do resultado favorável em favor do Município, percebendo um percentual sobre o montante recuperado, conforme Termo de referência.

§3º Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) A Proposta do contratado; e
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, totalizando o prazo de 5 (cinco) anos, mediante Termos Aditivos, de acordo com o Art. 106, da lei 14.133/21 e suas alterações, conforme previsão no item 7 do Termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O preço para a execução do objeto deste Contrato é o desconto de ____% (____) do valor estimado de **R\$ 2.549.497,77 (dois milhões quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos)**, cujo valor é o estimativo máximo de retorno (19,97%), sobre o total do proveito econômico estimado em **R\$ 12.766.638,82**, à medida que a Contratada obtiver êxito na recuperação de valores, referente a redução mensal nas contas de energia elétrica, entendido este, como justo e suficiente para a total execução do especificado na cláusula Primeira deste instrumento contratual.

Valor referente ao Percentual máximo de retorno (19,97%) sobre proveito econômico ou financeiro
Valor máximo do proveito econômico estimado em R\$

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo em 30 dias do recebimento da nota fiscal atestada pelo fiscal ou gestor do contrato e assinada pelo respectivo secretário e entregue em até 15 dias para a Secretaria de Município de Finanças.

§1º A empresa será remunerada com base nos serviços efetivamente prestados, conforme especificado no contrato firmado entre as partes.

§2º Para efeito do cálculo da remuneração devida pela prestação dos serviços, objeto desta contratação, considerar-se-ão recuperados tão somente os valores indevidos nas faturas de energia elétrica, restituídos, reduzidos ou compensados pela concessionária/distribuidora em decisão administrativa ou decisão judicial terminativa que ingressar nos cofres públicos, em virtude dos procedimentos realizados pela empresa contratada, havendo ingresso de valores em única parcela, os pagamentos correspondentes ao contratado, serão efetuados em sua integralidade, em caso de parcelamento dos valores, estes serão igualmente transferidos ao contratado, na proporção de cada uma das parcelas.

§3º Deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais/faturas o número do empenho.

§4º A Contratada deverá fornecer relação com as seguintes informações: nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, dos empregados na contratante;

§5º Faturamento mensal: A empresa emitirá mensalmente a relação de valores ingresso de valores indevidos nas faturas de energia elétrica, restituídos, reduzidos ou compensados pela concessionária/distribuidora em decisão administrativa ou decisão judicial terminativa que ingressar nos cofres públicos, em virtude dos procedimentos realizados pela empresa contratada, acompanhada da fatura detalhada dos serviços prestados, que serão encaminhadas ao Município para pagamento.

§6º O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Depósito Bancário contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

§7º Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

§8º O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

§9º Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

§10º O Município reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço for entregue em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e seus anexos.

§11º Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, ao valor devido serão acrescentados juros calculados *pro rata die*, de acordo com a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

Os valores da prestação de serviços do presente Contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Constituem direitos e obrigações das partes contratantes:

§1.º DOS DIREITOS

Constituem direitos: do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

§2.º DAS OBRIGAÇÕES

I - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;
- c) Atestar e aprovar a prestação do serviço objeto do contrato, desde que atendidas as exigências e condições do Termo de Referência;
- d) Transferir o recurso financeiro para execução do Contrato;
- e) Orientar, acompanhar e supervisionar, e coordenar o desenvolvimento da prestação de serviços;
- f) Adotar procedimentos de fiscalização e controle, com intuito de detectar falhas ou irregularidades;

II - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- b) Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;
- c) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandadas decorrentes de danos seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato;
- d) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, comerciais e tributárias decorrentes da execução do presente contrato;
- e) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos;
- f) Se for o caso, a CONTRATADA deverá fornecer informações contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na CONTRATANTE, para fins de divulgação na internet.
- g) Entregar o objeto a ser contratado, conforme convencionado, sem qualquer outro encargo ou despesa para o CONTRATANTE.
- h) Dar início à prestação dos serviços, informando, em tempo hábil, qualquer motivo que impeça ou atrase a prestação;
- i) Observar a legislação trabalhista vigente, Convenções Trabalhistas e arcar com as rescisões trabalhistas de seus empregados;

- j) Efetuar o pagamento dos salários dos empregados via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da fiscalização do contrato;
- k) Responder pelos danos decorrentes de culpa ou dolo, causados diretamente à Administração ou a terceiros, por seus funcionários ou prepostos, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e acompanhamento da Contratante.
- l) Responder com exclusividade por todos os ônus decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários de pessoal, encargos sociais, taxas, alimentação, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que incidam ou venham a incidir sobre os serviços;
- m) Manter pessoal especializado nas qualificações profissionais pertinentes e devidamente treinado;
- n) Garantir que os funcionários disponibilizados para o serviço atendam aos requisitos básicos de qualificação profissional exigidos neste Termo de Referência;
- o) Executar fielmente o Contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 14.133/21, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DAS ESPECIFICIDADES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O regime de execução contratual, o modelo de execução do objeto, o local da prestação dos serviços, o modelo de gestão do contrato, constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada garante que o objeto será executado no prazo, preço, quantidade e qualidade contidos no processo de Concorrência nº 11/2024, na sua proposta e no presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa, exercerão a fiscalização dos serviços, conforme exigências técnicas do Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis pela fiscalização dos serviços e a gestão do contrato deverão encaminhar cópia do ato administrativo de sua designação para o Setor de Contratos – Secretaria de Município de Finanças, em até 5 (cinco) dias da data de emissão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta dos seguintes recursos financeiros:

Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
Solicitação nº. 268/2024
Projeto Atividade: 2071
Elemento de Despesa: 33.90.39.05
Recurso: 1500

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser extinto conforme previsões do Art. 137, na forma do Art. 138, e com as consequências do Art. 139 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

O Contratado será responsabilizado administrativamente se cometer as infrações previstas no Art. 155, com a aplicação das sanções previstas no Art. 156 ao 159 da Lei 14.133/21, a critério da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria - RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria, ____ de ____ de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO